CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA: MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES NA INSERÇÃO E MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE PRODUÇÃO CERTIFICADA EM REGIÕES COM CARACTERÍSTICAS DÍSPARES NO BRASIL

Andréa Rossi Scalco¹, Leonardo de Barros Pinto²

¹ Professora Associada do Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia da Faculdade de Ciências e Engenharia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, E-mail: andrea.scalco@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8039-9450>

² Professor Assistente Doutor do Departamento de Engenharia Rural e Socioeconomia da Faculdade de Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, E-mail: leonardo.pinto@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2392-2000>

Artigo recebido em 25/06/2020 e aceito em 06/03/2021

RESUMO

Buscou-se identificar as motivações e as dificuldades dos produtores de orgânicos no sistema certificado em regiões com perfis de produtores/propriedades divergentes. Foi realizado um estudo de casos em três estados do Brasil, e dentre os achados principais tem-se que os produtores dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo possuem as mesmas motivações e dificuldades, as quais são, na maioria, diferentes do estado do Pará. Diante de tal constatação faz-se necessária a adoção de medidas flexíveis para que cada região tenha as condições de mitigar os problemas enfrentados. Palavras-chaves: certificação; produto orgânico; estudo de casos.

Palavras-chave: Certificação; Produto orgânico; Estudo de casos.

ORGANIC CERTIFICATION: MOTIVATIONS AND DIFFICULTIES IN INSERTION AND MAINTENANCE IN THE CERTIFIED PRODUCTION SYSTEM IN REGIONS WITH DISPARATE CHARACTERISTICS OF BRAZIL

ABSTRACT

The aim of this paper was to identify the motivations and difficulties of organic producers in the certified system in regions with divergent producer / producer profiles. Cases study was carried out in three states in Brazil, and among the main findings, producers in the states of Rio Grande do Sul and São Paulo have the same motivations and difficulties, which are mostly different from the state of Pará. In view of this, it is necessary to adopt flexible measures so that each region has the conditions to mitigate the problems faced.

Keywords: certification; organic product; cases study.

CERTIFICACIÓN ORGÁNICA: MOTIVACIONES Y DIFICULTADES EN LA INSERCIÓN Y MANTENIMIENTO EN EL SISTEMA DE PRODUCCIÓN CERTIFICADO EN REGIONES CON DIFERENTES CARACTERÍSTICAS EN BRASIL

RESUMEN

Buscamos identificar las motivaciones y dificultades de los productores orgánicos en el sistema certificado en regiones con perfiles de productor / propiedad divergentes. Se realizó un estudio de caso en tres estados de Brasil, y entre los principales hallazgos se encuentra que los productores de los estados de Rio Grande do Sul y São Paulo tienen las mismas motivaciones y dificultades, que son, en la mayoría de los casos, diferentes a las del estado de Brasil. Para Ante este hecho, es necesario adoptar medidas flexibles para que cada región tenga las condiciones para mitigar los problemas enfrentados.

Keywords: certificación; Producto organico; Caso de estudio.

AGRICULTURA ORGÂNICA E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

A agricultura orgânica no Brasil foi iniciada na década de 1980 por meio de influências de movimentos religiosos e éticos que buscavam um modelo de agricultura que se opunha ao modelo convencional baseado na utilização de insumos químicos e forte mecanização na chamada “revolução verde”. A partir de então os modelos de agricultura voltados ao sistema orgânico atuantes no Brasil utilizavam-se de mecanismos voluntários para garantir ao consumidor que os produtos adquiridos eram produzidos dentro dos princípios da produção orgânica, de maneira informalizada ou na forma de contratação de serviços de avaliação da conformidade, as chamadas certificações.

No fim da década de noventa surge a primeira iniciativa para regulamentação do setor, com a criação da Instrução Normativa n.007 em 17 de maio de 1999. E posteriormente, no fim do ano de 2003, foi sancionada a lei 10.831 e sua complementação por meio da Instrução Normativa n.016 em 2004 que estabeleceu importantes diretrizes de produção, tipificação, processamento, envasamento, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem. E enfim em 2007, com o decreto 6.323, veio responsabilizar as certificadoras a cadastrar os dados das propriedades certificadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2008).

Segundo o Art. 1º da Lei 10.831 de 23/12/2003, que trata das atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária “todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais,

tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, à eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e à proteção do meio ambiente” (MAPA, 2011).

De acordo com a lei supracitada, torna-se então compulsória a certificação do sistema de produção orgânico, e sendo assim o MAPA determinou que a comprovação de utilização do sistema orgânico possa ser realizada por meio de três instrumentos de avaliação da conformidade orgânica: a Certificação por terceira parte (por Auditoria), o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e o Controle Social para a venda direta sem certificação. A certificação por auditoria é o processo em que uma terceira parte, que não possui nenhum vínculo com quem irá ser certificado, assegura, por escrito, que um produto, processo ou serviço obedece a determinados requisitos, através da emissão de um certificado (SOUZA, 2001). O Sistema Participativo de Garantia (SPG) difere da certificação por terceira parte, pois a avaliação da conformidade é realizada pelos seus pares, ou seja, existe uma responsabilidade coletiva dos membros em obter este mecanismo de controle, porém vale ressaltar que o SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), legalmente constituído (ser uma entidade jurídica) e credenciado no MAPA. Já o OCS (Organismos de Controle Social) é utilizado somente para a venda direta. Esse mecanismo de certificação não gera o selo SisOrg, porém oferece ao produtor uma declaração de que o produto que o mesmo está comercializando é orgânico.

Os sistemas produtivos orgânicos contribuem de maneira efetiva nos aspectos ambientais, econômicos e sociais. Em relação aos aspectos ambientais, segundo Altieri (2004) os benefícios gerados pela agricultura de base agroecológica são muitos, desde os seus efeitos no solo, do ponto de vista da qualidade física, química e biológica; redução de pragas em razão do equilíbrio da biodiversidade do sistema; além da independência no uso dos recursos externos. O mesmo autor resalta que os benefícios ambientais tem impacto direto nos benefícios econômicos na atividade agrícola orgânica. Degradações do ambiente (solo, água e outros recursos naturais), tais como erosões, deterioração e contaminação de rios não são contabilizados quando se sustenta a análise financeira das propriedades. Altieri (2004) resalta que tais elementos, que ele denomina de “contabilidade natural”, deveriam ser incorporados na análise financeira, uma vez que a distribuição

do ecossistema exige altos recursos para sua recuperação, no entanto são ignorados. Além disso, práticas agrícolas que reduzem ou evitam a degradação ambiental se mostram financeiramente mais compensadoras para a atividade rural sob esta perspectiva na contabilidade natural.

Ressalta-se que a demanda por produtos orgânicos tem evoluído de forma expressiva, uma vez que os consumidores relacionam os efeitos negativos dos sistemas produtivos agropecuários convencionais intensivos com os efeitos positivos dos sistemas produtivos agropecuários orgânicos e que impactam diretamente na sua saúde (VRIESMAN et al., 2012). Assim, com uma demanda em evolução constante, a oportunidade em termos de negócios para os produtores são altamente significativas. Considerando que 90% dos produtores de orgânicos no Brasil advém da agricultura familiar, torna-se a produção orgânica um sistema produtivo relevante para permanência desse agricultor na atividade agrícola (IBGE, 2006).

Sendo um negócio altamente atrativo em termos de retorno sobre o investimento, as propriedades rurais tendem a buscar a conversão ao sistema certificado de produção. Em uma pesquisa com 60 produtores rurais no Chile, observou-se que os produtores consideram o benefício em termos de renda agrícola o fator mais importante para decidir na adesão ao sistema de certificação, embora a burocracia associada à certificação orgânica afete negativamente as expectativas dos agricultores (BRAVO, SPILLER & VILLALOBOS, 2012).

Alguns estudos como Lapple & Rensburg (2011), Naoufel (2011), Sierra et al. (2008), Burton et al. (1999) e Padel & Lampkim (1994) indicam fatores financeiros como incentivos na inserção da produção e certificação de produtos orgânicos e também fatores não-financeiros, como a adoção de práticas sustentáveis na agricultura.

No entanto um estudo com produtores convencionais americanos relatam que a incerteza da rentabilidade na agricultura orgânica e custos associados irre recuperáveis à conversão são barreiras para se converter ao sistema orgânico (KUMINOFF; WOSSINK, 2010).

No entanto a manutenção, ou seja, a permanência da propriedade rural no sistema certificado depende de muitos fatores. Gambelli et al. (2014) tentaram apontar o risco de não conformidade em relação ao cumprimento do certificado orgânico por produtores na Itália e na Alemanha e demonstraram que a probabilidade desse evento aumenta devido a vários fatores: crescimento da propriedade (especialmente na Itália); propriedades que produzem vegetais, suínos e cereais; relacionamento longo com a agência de certificação (somente na Alemanha). Os autores não abordaram outros fatores como idade do produtor, histórico criminal e capacidade de

pagamento, mas acreditam que esses fatores também podem ser significativos para análise. Os próprios autores apontam falhas em seu estudo porque não consideraram os aspectos financeiros dos produtores e as características pessoais.

Para Meira e Candiottto apud Vriesman et al. (2012), os sistemas de certificação devem ser flexíveis e adaptáveis à realidade dos agricultores familiares brasileiros. As organizações de agricultores (associação ou cooperativa) são fundamentais para a expansão do movimento orgânico e para superar obstáculos financeiros e tecnológicos das propriedades rurais, como apoio no processo de certificação e no acesso a recursos para a produção e comercialização de produtos.

Neste sentido, o processo de certificação e sua manutenção envolvem uma série de fatores que podem levar ao abandono do sistema certificado pelo produtor. Custos para certificar e manter o certificado, dificuldades em entender e cumprir os padrões de produção orgânica para obter e manter os certificados, canal usado para a divulgação de seus produtos, são alguns dos motivos que podem levar o produtor a desistir da produção orgânica no sistema certificado.

As regiões sul e sudeste do Brasil estão entre as três mais importantes regiões produtoras de produtos orgânicos, em termos de número de estabelecimentos e valor da produção. Na região sudeste, o número de estabelecimentos produtores de produtos orgânicos é de mais de três vezes o segundo colocado dessa região. Na região sul, o Rio Grande do Sul é o segundo maior em número de estabelecimentos produtores, perdendo somente para o Paraná, no entanto no âmbito nacional é o segundo mais representativo. Estas regiões são pioneiras na adoção de práticas de manejo sustentável, e fazem parte da história da produção orgânica no Brasil. Já a região norte é a região em que a agricultura orgânica ainda tem pouca representatividade, com um pequeno número de estabelecimentos e baixo valor de produção, no entanto ocupa as maiores extensões de terras para produção de orgânicos. Nesta região, o estado do Pará representa mais da metade do número de estabelecimentos produtores de orgânicos (MAPA, 2017; IPD, 2010).

O estado do Pará apresenta características sócio-econômicas desfavoráveis. Ressalta-se que 90% dos municípios do Estado apresentam um dos menores índices de desenvolvimento humano do país e o índice de analfabetismo chega a três vezes a média brasileira (PNUD, 2000; BRASIL, 2013). O PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios do Estado chega a ser metade do PIB da capital do Estado, Belém. No estado paraense, sobretudo nas cidades de menor porte, a atividade agrícola assume importância social, econômica e ambiental, e a agricultura orgânica tem assumido importante papel aos agricultores.

Ressalta-se que em termos de agricultura, os modelos de agricultura adotados nessas três regiões tiveram influências políticas e culturais divergentes. Nas regiões sul e sudeste predominaram-se a influência da cultura europeia onde foram agregados princípios de modelos sustentáveis e agroecológicos de agricultura vindo de povos europeus. Já na região norte, especialmente na região transamazônica, a agricultura foi desenvolvida como parte de um plano de exploração da região, na década de 70, marcado pelo desmatamento intensivo.

Diante das diversidades culturais, econômicas, históricas que compõem agricultura familiar no Brasil, este artigo faz uma comparação em termos das especificidades dos agricultores familiares inseridos na agricultura orgânica, localizados em três municípios de três regiões quais são Rio Grande do Sul, São Paulo e Pará, visando discutir os aspectos relacionados ao processo de certificação (inserção e manutenção) orgânica. Especificamente pretende-se identificar os seguintes pontos:

- motivos da inserção na produção de produtos orgânicos nas regiões específicas estudadas (sul, sudeste e norte);
- motivos da saída na produção de produtos orgânicos certificada nas regiões específicas estudadas (sul, sudeste e norte);
- elementos que facilitaram ou dificultaram o processo de certificação entre as regiões estudadas;
- aspectos gerenciais e técnicos dos produtores entre as regiões específicas estudadas.

METODOLOGIA

Para atender a essa necessidade que é de compreender as motivações e dificuldades na adoção da certificação orgânica por agricultores orgânicos em diferentes regiões do Brasil, o método escolhido para a coleta e análise dos dados foi o estudo de casos. Esse método permite que se faça um estudo aprofundado do objeto de pesquisa, proporcionando uma visão global do problema ou a identificação de possíveis fatores, que influenciam ou são por ele influenciados (GIL, 1999). Os estudos de casos representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em um fenômeno contemporâneo inserido em contexto da vida real (YIN, 2005).

Desta forma, foram selecionadas três municípios de três regiões representativas na produção de orgânicos (regiões norte, sudeste e sul). Nessas regiões foram extraídos três estados representativos na amostra, que foram o estado do Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul. Sendo

assim foram estudados três casos, sendo que no caso do Pará foram seis propriedades (uma não certificada e cinco certificadas) no município de Uruará (Cooperativa de Produtores Orgânicos do Perpétuo Socorro); no Estado do Rio Grande do Sul foram oito propriedades (todas certificadas) no município de Antônio Prado (associados à Associação Aécia de Produtores Agroecológicos); e no Estado de São Paulo foram seis propriedades, sendo uma não certificada, localizadas no município de Botucatu (distribuídos entre duas associações representativas do setor na região, a Associação de Produtores de Orgânicos de Botucatu e Região, e a Associação Biodinâmica).

Para condução da pesquisa foi elaborado um questionário semi-estruturado com questões referentes a caracterização da propriedade, do produtor, inserção na produção orgânica, sistema de certificação utilizado, dificuldades na produção orgânica bem como dificuldades no processo de certificação e manutenção do certificado. Todas as entrevistas foram realizadas nas propriedades estudadas, sendo possível aprofundar a investigação.

Contexto histórico dos produtores nas três regiões

No Rio Grande do Sul, a história dos produtores envolvidos com a produção orgânica se inicia na década de 1980 quando um grupo de jovens que moravam em propriedades rurais no município de Antônio Prado, a partir de discussões estimuladas pela Pastoral da Juventude Rural da Igreja Católica de Antônio Prado/RS e pelo Centro de Agricultura Ecológica de Ipê/RS (CAIPÊ), acerca dos problemas causados pela agricultura industrial e pela poluição ambiental causada por máquinas, insumos, o empobrecimento dos agricultores e o êxodo rural.

Assim, em 1989, fundaram a Associação Aécia de Agricultores Ecologistas, e em seguida, os membros da associação fundaram a Cooperativa Aécia de Agricultores Ecologistas, em razão da criação de pequenas agroindústrias e a necessidade de comercializar os produtos orgânicos dos participantes. Tal cooperativa foi um dos agentes que participou da institucionalização da Rede Ecovida, criada em 1998, com objetivo de congregar forças e dar mais consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar no sul do Brasil. Hoje a rede conta com 26 núcleos concentrados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A cooperativa faz parte do núcleo denominado Serra RS (centro ecológico/Serra), que conta com 25 grupos (Associações), sendo que uma dessas é a Associação Aécia, com 22 famílias.

A história agroecológica no município de Botucatu, estado de São Paulo, foi construída há mais de três décadas. Em 1982, posteriormente ao Primeiro encontro sobre Agricultura Biodinâmica

no Brasil (ABD), criou-se o “Centro Demeter” nesse município, posteriormente denominado Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, com propósitos de aplicar os ensinamentos da antroposofia no Brasil, por meio de pesquisas, cursos, etc. Em 1995, passou a denominar ABD, e em 1999, em razão da demanda e renda crescente na atividade de certificação, nasce a Associação de Certificação – Instituto Biodinâmico (IBD), no entanto a ABD se fortalece nas atividades de consultoria e assistência técnica. Mais recentemente a ABD volta às atividades de certificação, no entanto, com o sistema SPG, e ainda assim, continua a oferecer assistência aos produtores com certificação “Demeter”, que é obtido por meio do IBD. A ABD, atualmente, conta com 54 agricultores associados, trabalhando no Sistema Participativo de Garantia – SPG.

Já no Pará, o desenvolvimento da agricultura extrativista orgânica desenvolve-se de maneira divergente aos dois grupos de produtores anteriores. Por uma iniciativa da GIZ¹ (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) com a FVPP (Fundação Viver, Prevenir e Preservar), organização não governamental brasileira, e a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), órgão do MAPA, e com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar na região Transamazônica e Xingu, foi estabelecida uma parceria para produção e comercialização de cacau orgânico nesta região.

A região estudada passou por intenso processo de transformação, especialmente a partir da construção da rodovia Transamazônica. Tal fato esteve associado ao programa de colonização da região norte do país, durante a década de 1970, atraindo pessoas oriundas de todo o território brasileiro em busca de oportunidades, por meio da produção agrícola e pecuária, as quais encontraram muitas dificuldades que estão presentes até hoje, quais sejam: a dificuldade de acesso, o escoamento da produção, o manejo de agroecossistemas, etc... Em 2005 a iniciativa da GIZ, CEPLAC e FVPP, veio contribuir para o início de um longo processo de uso da terra, de uma maneira mais sustentável, visto a grande devastação provocada desde a década de 70 pelos intensos desmatamentos na região. Sendo uma região em que o cacau representa 70% da renda das famílias envolvidas com a agricultura familiar, tal cultura foi escolhida para inserção dos produtores de cacau no sistema certificado, institucionalizando em 2006, seis cooperativas, distantes uma da outra num raio de 400 quilômetros (COOPOPS, COOPOAM, COOPICAL, COOPTRANS, COOPOXIN,

¹ A GIZ é uma organização alemã, mantida pelo próprio governo, que visa promover cooperações nacionais e internacionais com vistas ao desenvolvimento sustentável. Especificamente no Brasil, e em relação a essa parceria com a FVPP e CEPLAC, as ações que a GIZ vem desenvolvendo refere-se ao projeto “Planejamento e Desenvolvimento Regional no Acre, Amazonas e Pará”, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável na região, com vista a fomentar melhores condições sociais e contribuir para a manutenção da biodiversidade dessa região.

COOPOBOM). Juntas, as cooperativas somam cerca de 120 produtores de cacau orgânico (101 propriedades). Hoje, foi criada uma cooperativa para coordenar as atividades das seis cooperativas, a COOPX.

Características dos produtores/propriedade

Foram oito produtores entrevistados na Associação/Cooperativa Aécia em Antônio Prado, Rio Grande do Sul, cuja média de idade é de 40 anos. As propriedades desses produtores, como os demais produtores pertencentes à associação, são pequenas e utilizam quase que exclusivamente mão de obra familiar, exceção em casos de safra onde há necessidade de contratação temporária de mão de obra. São famílias também pequenas, em que todos trabalham na agricultura. Somente um dos produtores contrata mão de obra permanente, uma vez que tem voltado sua força trabalho para produtos processados com marca da própria da agroindústria com penetração em outros estados brasileiros.

Os produtores realizaram vários cursos referentes à produção agroecológica, promovidos pelo Centro Ecológico e Emater. Hoje, alguns ainda realizam cursos de aprimoramento, tantos técnicos como de gestão (pelo SEBRAE). No entanto, tais cursos são mais voltados para ao processamento de produtos.

Os produtores cooperados da Aécia produzem hortifrutícolas, em que os produtos produzidos mais tradicionais da região são uva e maçã. São produzidas olerícolas diversas, como tomate, batata, brócolis, entre outros produtos desta categoria. Os produtores comercializam seus produtos *in natura*, e também processam produtos como sucos e molhos, em instalações construídas em suas próprias propriedades ou mesmo em propriedades de outros produtores com a marca da cooperativa. A razão pela qual resolveram produzir produtos processados, na sua maioria, refere-se a agregação de valor ao produto e, conseqüentemente, maior rentabilidade. O tipo de certificação adotada pelos produtores de Antônio Prado é o SPG.

Em Botucatu foram entrevistados seis produtores, sendo dois produtores certificados pelo SPG, três produtores certificados por uma terceira parte e um produtor que já teve ambos tipos de certificado, mas que abandonou a produção orgânica. Os dois produtores com certificado de orgânico pelo SPG são produtores novos, com idades que variam de 27 a 35 anos, pós graduação e, respectivamente segundo grau incompleto. Um iniciou a atividade de produção de orgânicos em 2000, enquanto que o produtor mais novo e com pós graduação iniciou a atividade em 2010. Este

último produtor tem uma propriedade de 32,7 hectares, sendo a maior parte arrendada. O outro produz orgânicos em propriedade pequena arrendada. Ressalta-se que ambos produtores advêm de famílias que já eram envolvidas na produção de alimentos orgânicos. Ambas propriedades, apesar de se declararem como familiar, possui um número de funcionários contratados acima do permitido para ser considerada familiar de acordo com as regras do PRONAF.

Os produtores que optaram pela certificação por terceira parte são produtores de faixas etárias bem diferentes (42, 55 e 71 anos de idade), e mais maduros ao comparar com os dois produtores anteriores que utilizam SPG. Dois produtores têm ensino superior completo e um produtor segundo grau completo. São produtores que estão na atividade há mais de 10 anos, um produtor está na atividade desde 1994 e os outros dois desde 2000, sendo que antes destes períodos produziam como convencionais. São duas propriedades pequenas (de 5 e 7 hectares) e uma propriedade mediana, de 50 hectares. As propriedades pequenas produzem menos diversidade de produtos e concentram-se na produção de frutas, sendo que uma delas produz somente um tipo de fruta, a banana, e as demais tem na maçã a cultura predominante. As três propriedades tem características de propriedades familiares, e contratam mão de obra externa de acordo com os limites estabelecidos pelo PRONAF.

O ultimo produtor participante da pesquisa, em Botucatu, tem 59 anos de idade, primeiro grau incompleto, e é proprietário de uma propriedade de 5,2 ha, onde 3,7 ha são utilizados para o cultivo de frutas, hortaliças e legumes. Esse produtor já utilizou os dois tipos de sistema de certificação, no entanto atualmente decidiu sair do sistema orgânico de produção. Além da família, utiliza-se de mão de obra contratada (cinco pessoas registradas) e ainda contrata funcionários temporários na época da safra.

Em Uruará, foram entrevistados cinco produtores, sendo um deles excluído do sistema de certificação orgânica. São propriedades pequenas e médias, em que a mão de obra para o manejo orgânico é familiar (duas pessoas), e em algumas delas existem meeiros, que produzem na terra do produtor e tem direito a uma parte da safra colhida. Existem contratações, no entanto, somente são realizadas na época da safra, sem qualquer treinamento, somente orientações do próprio produtor. Os produtores variam bastante em termos de faixa etária, no entanto, o nível de escolaridade é baixo, entre primeiro grau incompleto até segundo grau incompleto, com exceção de um produtor, que é o presidente da cooperativa e possui segundo grau completo e se diferencia dos demais por

possuir habilidade mais empreendedora e com perfil de empresário rural. O tipo de certificação utilizada pelos produtores orgânicos do Pará é a de terceira parte.

O produtor de cacau que não utiliza o certificado tem primeiro grau completo com 52 anos de idade e cultiva cacau convencional em uma propriedade pequena, com uma produção anual de 14 toneladas ao ano. Estava na atividade de produção de cacau orgânico desde 2006, no entanto, já produz cacau desde 2000, como convencional. Na sua propriedade trabalham os membros da família e ainda conta com dois meeiros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A síntese dos dados referentes a cada região estudada está organizada no quadro 1. Ressalta-se que os resultados inseridos no quadro são aqueles que representam a maioria dos produtores entrevistados. Quando não tenha sido observada essa homogeneidade nas respostas, foram consideradas todas as respostas expressas de cada produtor.

Manejo orgânico

Neste item serão apresentadas as modificações e dificuldades na atividade de produção orgânica, bem como o planejamento das culturas produzidas e os investimentos realizados.

O início na atividade de produção de orgânicos é mais recente na Transamazônica. O manejo orgânico iniciou em 2006, sendo que somente em 2009 obtiveram a certificação. Já em Antônio Prado e Botucatu, os produtores se inseriram nesta atividade há mais de 30 anos (década de 1980) e são historicamente tradicionais na produção de orgânicos, influenciados por concepções da produção orgânica vindas da Europa. E sendo assim, os motivos que levaram a produzir orgânicos, entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul são muito similares, sendo a conscientização dos males na saúde do trabalhador com o uso do agrotóxico e a tradição da família, uma vez que alguns produtores que fizeram parte desta pesquisa são filhos de ex-produtores, que já produziam orgânico desde a década de 1980. Muitos, em razão de casos de intoxicação por agrotóxicos e doenças como câncer na família, juntaram-se a um movimento católico do município e iniciaram discussões a respeito de agroecologia. Esses jovens influenciaram seus pais e iniciaram a produção de produtos orgânicos. Os motivos de inserção na atividade de produção de orgânicos, de forma certificada, segue os mesmos apontados por Padel & Lampkim (1994); Burton et al. (1999); Naoufel (2011); Läßle & Rensburg (2001) que são questões sociais e ambientais.

	Antônio Prado (RS)	Botucatu (SP)		Uruará (PA)	
Caracterização	Certificados	Certificados	Não certificado	Certificados	Não certificado
Idade	40	27-71	59	27-50	55
Grau de escolaridade	Primeiro grau incompleto/superior completo	Segundo Grau incompleto/pos graduação	Primeiro grau incompleto	Sem instrução/segundo grau completo	Primeiro grau completo
Início na atividade	1988	2000	2002	2006	2006
Tamanho (ha)	5 – 45	5-50	5,2	6-78	12
Produtos	FLV	FLV	FLV	Cacau	Cacau
Beneficiamento	Lavagem: produtos in natura Processamento: molhos e sucos	Lavagem e embalagem	Lavagem e embalagem	Secagem e fermentação	Secagem
Tipo de mão de obra	Familiar Contratada somente na safra	Familiar/Contratada	Familiar/Contratada	familiar	familiar
Treinamento de mão-de-obra	Sim. (técnico e gerencial)	Não	Não	Sim (técnico)	Sim (técnico)
Manejo Orgânico	Conscientização dos males dos agrotóxicos para o trabalhador rural	Conscientização dos males dos agrotóxicos para o trabalhador rural Tradição da família Tradição da região	Mercado	Melhoria no preço do cacau e influência de organismos externos	Influência de outros produtores e melhor preço do produto
Motivos					
Planejamento e definição da cultura	Demanda de mercado, teste de novas variedades	Demanda de mercado Características físicas da região	Demanda de mercado	Não há	Não há
Dificuldades	Sementes orgânicas Controle de Pragas Planejamento da Produção Tecnologia	Sementes orgânicas Controle de Pragas	Controle de Pragas Padronização do Produto	Controle de Pragas	Controle de pragas Planejamento da produção Mão de obra Tecnologia/logística
Investimentos	Sim, pronaf e recursos próprios	Sim Pronaf e recursos próprios	Sim, recursos próprios	Sim, em partes	Sim, financiamento bancário
Certificação	SPG	SPG/Terceira Parte	Tercera parte e posteriormente SPG	Tercera parte em grupo	Tercera parte em grupo
Tipo de certificação

Vantagem desse tipo de certificação	Princípios agroecológicos e custo	SPG: troca de experiências e conhecimento Terceira parte: disponibilidade de tempo	Terceira parte é menos trabalhosa	Não sabem	Não sabe
Fator de adoção (principal)	Compulsória Exigência do comprador Acesso a novos mercados	Compulsória Influência de outros produtores (potencial acesso a novos mercados)	Influência do comprador	Influência de organismos externos e melhoria no preço do cacau.	Garantia de comprador para seu produto, com preços melhores
Fator de saída (principal)	Custo com certificação e incompatibilidade com a filosofia da produção de orgânicos	Produtores pela SPG: nenhum Produtores pela terceira parte: custo com infra-estrutura e falta de informações sobre insumos apropriados	Não constância na venda; Pragas; Acesso a novos mercados	Custo com certificação e infra-estrutura	Dificuldade para vender o produto, falta de comprador
Associações/Cooperativas	Associação e Cooperativa	Associação		Cooperativa	
Vínculo					
Vantagem	Associação – troca de experiência e discussões. Cooperativa: comercialização e distribuição dos produtos	Troca de experiência e conhecimento e assistência técnica		Ter o certificado e comercializar	
Mercado	Feiras ecológicas e supermercados (os processados) (prioritárias) Lojas específicas e PAA	Feiras ecológicas Intermediário PAA CSA	Intermediário Feiras	Indústria de chocolates e de cosméticos; Cerealista – cacau convencional	Intermediário
Canais					
Abrangência	Nacional – concentrado na região centro-oeste, sul e sudeste.	Estadual e Local	Local	Local, Nacional e Internacional	Local e regional

QUADRO 1 – INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO DE CASOS

De forma divergente aos produtores do sul e sudeste, os produtores do Pará se inseriram nesta atividade por questões de sobrevivência no meio rural, em relação à melhoria do preço do cacau para comercialização. São produtores que já não utilizavam agrotóxicos, uma vez que não tinham (e ainda não têm) condições financeiras para aquisição de insumos agrícolas, e influenciados por organismos externos, tais como organismos federais, empresas privadas e órgãos internacionais que apoiam projetos em regiões socialmente vulneráveis, encontraram na produção orgânica uma forma de melhoria de renda.

Ressalta-se que tanto esse grupo de produtores (do Pará), que inseriu na atividade recentemente, como os dois produtores que não são mais certificados, pois abandonaram o certificado (de São Paulo e do Pará), apontaram como fator principal para inserção na atividade questões relacionadas a melhoria de renda do produtor (acesso ao mercado e melhoria de preço do produto).

Os produtores de Botucatu e Antônio Prado se identificam com os aspectos idealistas da agricultura orgânica, que está relacionado a produzir alimentos em harmonia com o meio ambiente. Já os produtores da região Transamazônica não tem essa identificação, mas sim, produzem orgânicos motivados por melhoria da renda da propriedade.

O planejamento e definição da cultura, em ambas as regiões, Botucatu e Antônio Prado, são realizados com base na demanda de mercado. Como o principal canal desses produtores são as feiras orgânicas, o contato direto com o consumidor permite que o produtor possa testar novas variedades e observar a aceitação, e assim definir o que vai plantar. No entanto, como qualquer atividade agrícola, o planejamento sofre interferências climáticas, que pode interferir na oscilação da oferta de produtos, em termos de quantidade e variedades. Os produtores da região Transamazônica não realizam planos para definir quando vão colher, uma vez que ficam “por conta da natureza”, não sendo possível interferir na safra do cacau.

Para atender a necessidade da atividade agrícola orgânica, são necessários recursos financeiros, e neste sentido os agricultores necessitam recorrer a fontes de financiamentos. Sendo assim, outro ponto similar entre os produtores de Antônio Prado e Botucatu refere-se as fontes de financiamento para investimento na propriedade, com relação a compra de implementos agrícolas. Em ambos os casos, os produtores utilizaram recursos próprios como recursos do PRONAF. Já os produtores da região Transamazônica necessitaram de doações de uma empresa nacional para a

construção de instalações para o pré-beneficiamento do cacau, somente utilizaram recursos próprios e financiamento bancário para custeio da mão de obra.

Na atividade agrícola, por mais que sejam realizados planejamentos das culturas a serem plantadas, é uma atividade susceptível a várias barreiras. Assim, às dificuldades apontadas no manejo orgânico são o controle de pragas como um fator unânime entre todos os produtores, além da dificuldade de aquisição de sementes orgânicas, para os produtores de Botucatu e Antônio Prado que produzem olerícolas. Ressalta-se as várias reclamações dos produtores no que se refere as proibições de utilização de insumos anteriormente utilizados no manejo orgânico para o controle de pragas, que segundo eles cientificamente não foram comprovados como contaminantes do solo e da planta. Tanto os produtores de Botucatu, como os de Antônio Prado, utilizam-se de práticas orgânicas como compostagem e calda biológica. Já os produtores da região Transamazônica não se interessam e não acreditam na eficácia desses recursos alternativos.

Além disso, tem-se a baixa qualidade das sementes orgânicas disponíveis no mercado. Neste sentido o MAPA tem conferido um pouco mais de flexibilidade na lei.

Certificação

O tipo de certificação adotado é bem diversificado entre os grupos. No entanto em cada município, há a representação de um tipo de mecanismo de avaliação da conformidade, com exceção de Botucatu.

Em Antônio Prado, os produtores são certificados pelo SPG, por meio da Rede Ecovida. Esses produtores foram participantes do processo de criação da Rede Ecovida, e já possuíam o certificado há alguns anos atrás, por uma certificadora de terceira parte. A transição para o SPG da Rede Ecovida aconteceu após a acreditação da Ecovida pelo MAPA.

Na região Transamazônica os produtores não tiveram a liberdade de escolha do tipo de certificação, uma vez que foi uma exigência do principal cliente de cacau orgânico tanto para o tipo de certificação (de terceira parte em grupo) como a certificadora específica (IMO Control). Já no município de Botucatu, uma parte dos produtores são certificados por terceira parte em grupo (IBD) e outra parte dos produtores são certificados pela SPG (ABD). Ressalta-se que os produtores no município de Botucatu que são certificados pela SPG, já tiveram o certificado de terceira parte, e fizeram a transição para SPG por razões de custo da certificação, que é inferior a terceira parte.

Os produtores certificados pela SPG consideram que esse sistema é interessante uma vez que propicia a troca de informações, conhecimento e experiência entre os produtores, no entanto consideram que o tempo despendido para sua operacionalização é um fator restritivo.

Os produtores (com exceção dos produtores da região Transamazônica) que optaram pelo sistema de avaliação da conformidade por uma terceira parte o fizeram em razão do fator “disponibilidade de tempo”. No entanto em razão do custo para certificar cogita-se na possibilidade de migrar para SPG.

No que se refere ao motivo de adoção da certificação, os produtores certificados de Antônio Prado e Botucatu consideram a certificação como instrumento facilitador para acessar mercados. Os produtores da região Transamazônica apontam a influência dos organismos externos (GIZ, FVPP e CEPLAC) como motivação para certificarem sua propriedade. Ressalta-se que os dois produtores que abandonaram a certificação (de Botucatu e da região Transamazônica) foram motivados a certificarem a sua propriedade pois tinham garantias de comercialização de seu produto por um cliente. E sendo assim, como não houve constância nas transações com o cliente, os produtores abandonaram o sistema de certificação, inclusive a produção de orgânicos, voltando a produzirem como convencionais. Tais constatações vem convergir com um levantamento realizado com agricultores orgânicos americanos, que apontam a “Incerteza da rentabilidade na agricultura orgânica” e “custos associados irrecuperáveis à conversão” como as principais barreiras para se converter ao sistema orgânico (KUMINOFF; WOSSINK, 2010).

O fato do produtor considerar a produção de orgânico somente como uma oportunidade de mercado não o sustenta no sistema certificado. Observa-se que os produtores que convergem aos aspectos mais ideológicos no sistema de produção de orgânicos, são de fato, os mais comprometidos com a certificação.

Associação/Cooperativas

Enquanto as motivações para participação em associações/cooperativas pelos produtores de Antônio Prado e Botucatu são muito próximas e referem-se à troca de experiência e conhecimento, bem como a oportunidade de comercializar seus produtos, os produtores da região Transamazônica consideram a obtenção do certificado e comercialização. A inserção dos produtores em associações e cooperativas de fato contribui para a distribuição dos produtos e o acesso aos mercados. Quando se reúnem em associações ou cooperativas, buscam ganhar eficiência técnica e econômica, assim como aumentar seu poder de barganha nos mercados em que atuam (BARROS, 2007).

Mercado

Alguns canais de comercialização dos produtos orgânicos são similares enquanto outros são divergentes para os grupos de produtores. Em Antônio Prado observa-se que os principais canais são as feiras ecológicas (produtos *in natura*) e os hipermercados (molhos e sucos). Em Botucatu, as feiras tem destaque, mas competem também com o intermediário principalmente para os produtores certificados por terceira parte. Os produtores de cacau orgânico escoam o maior volume da produção em intermediários, que o comercializam como convencional. Questões relacionadas à necessidade de renda imediata e a baixa qualidade do cacau produzido, fazem com que ainda o intermediário seja o principal cliente desses produtores. Além disso, tem-se as baixas condições de estrutura logística, em razão da dificuldade no transporte do cacau em estradas de terra em péssimas condições.

Os produtores não inseridos nas cooperativas fazem as negociações de forma individual, que os deixa com o poder de barganha reduzido, sendo o caso do produtor que abandonou o certificado do município de Botucatu.

Os produtores que abandonaram o certificado consideram a dificuldade de encontrar comprador para os seus produtos. Essa colocação dos produtores não certificados é relevante, uma vez que está diretamente relacionado a saída desses produtores do sistema de certificação. O produtor de Botucatu considerou a sua entrada no sistema de certificação em razão da garantia de compra de seu produto por um intermediário e a partir do momento que este não mais adquiriu seus produtos, não conseguiu escoar seus produtos em outros canais.

O produtor da região da Transamazônica também apontou a garantia de venda de seu produto para um cliente, no entanto, a partir do momento que seu produto não atendeu aos parâmetros de qualidade exigidos por esse cliente, não teve outra alternativa a não ser vender como produto convencional, ao intermediário. Especificamente para esse grupo de produtores há muitas barreiras a serem superadas a fim de conseguirem comercializar todo o volume produzido como produto orgânico, que são tecnológicas e financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo pode-se constatar que a produção de orgânicos nos três municípios em diferentes regiões do Brasil apresentaram muitas semelhanças, especificamente entre as regiões do

sul e do sudeste, e muitas diferenças entre os produtores do bloco sul/sudeste e do norte, seja na motivação para inserção no sistema certificado, seja nas barreiras enfrentadas para sua manutenção.

Nas três regiões podemos constatar que a produção de orgânicos está concentrada em pequenas propriedades que utilizam prioritariamente a mão de obra familiar, mas que está sendo iniciado um processo de utilização de mão de obra contratada, visto a demanda crescente de tal produto nos últimos anos.

A preocupação com a saúde do trabalhador, meio ambiente e saúde do consumidor, foram os principais motivos para inserção no sistema de produção orgânica para os produtores certificados, no sul e sudeste. No caso do Pará a oportunidade de acesso a mercados e consequentemente renda aos agricultores foi o principal motivador na inserção da atividade orgânica.

O tipo de certificação varia entre SPG e de terceira parte em grupo. Os produtores que utilizam SPG destacaram a importância desse sistema em razão dos custos baixos envolvidos bem como a troca de experiência proporcionada para o grupo, sendo esse um sistema de avaliação da conformidade predominante no sul e sudeste. A decisão do produtor em aderir ou não ao sistema de certificação está relacionada acesso a mercados, no entanto, percebeu-se que a obrigatoriedade na certificação foi de fato o principal motivo para certificarem suas propriedades nas três regiões estudadas. Além disso, os produtores com maior idade são menos propensos a arriscarem-se na escolha de um processo de avaliação da conformidade por meio do SPG, e se mostraram mais conservadores priorizando os sistemas de avaliação da conformidade tradicionais (de terceira parte).

Em termos de habilidades empreendedoras no negócio, podemos observar que as diferenças entre os produtores do sul/sudeste e norte são veementes. No sul do país já são observadas algumas iniciativas de sucesso de inserção em outras atividades, como no processamento de produtos (agroindústria) que tem correspondido para agregar valor ao produto e tem se tornado a atividade principal dos produtores que gera a maior parte da renda, já no norte os produtores não estão engajados e são altamente dependentes do mercado, em termos de demanda.

As dificuldades mais representativas referem-se ao controle de pragas e a aquisição de sementes orgânicas. A aquisição de sementes é um problema enfrentado pelos produtores do sul e sudeste que cultivam olerícolas. Já os agricultores do norte, que vivem do cacau, uma cultura extrativista, não tem essa preocupação. A dificuldade apontada por esses produtores, como os demais, foi o controle de pragas, uma vez que os produtores alegam não poderem utilizar alguns insumos que, segundo os produtores, são naturais. No entanto verifica-se também os esforços do

MAPA na intenção de regularização do setor, a partir de medidas flexíveis frente às dificuldades apontadas principalmente no que diz respeito a aquisição de sementes orgânicas.

O acesso aos mercados também é um limitante para os produtores de orgânicos, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul, uma vez que além de estarem próximos aos grandes centros consumidores de produtos orgânicos, no Brasil, são os dois estados pioneiros neste sistema produtivo. Percebeu-se também que os produtores que estão inseridos em cooperativas tem maior facilidade em termos de comercialização, tanto no que diz respeito ao acesso a novos mercados, como no que diz respeito a melhores preços e atendimento da demanda por produtos orgânicos. São Paulo e Rio Grande do Sul estão na atividade a mais tempo (antes de 1997) e talvez por isso, já superaram muitas barreiras de mercado que ainda são enfrentadas pelos produtores do Pará.

Diante das barreiras apontadas algumas ações podem vir a contribuir para condições mais favoráveis aos produtores orgânicos. Frente as especificidades de cada região, faz-se necessário que ações sejam promovidas para mitigar os problemas enfrentados, os quais são inerentes a cada região ou produto. Se por um lado os produtores do sul e sudeste precisam superar a problemática dos insumos e sementes, tal fator pode ser contornado com assistência técnica adequada e flexibilização das normas. O setor de orgânicos é representado principalmente por agricultores familiares, e neste sentido a necessidade de uma ação mais efetiva da ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural - se faz urgente, uma vez que tal departamento foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de contribuir, por meio de serviços de assistência técnica e extensão rural, para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Hoje, os serviços da ATER estão vinculados ao MAPA. Já para os produtores de cacau, faz-se urgente adequação da infraestrutura logística na região, visto as péssimas condições nas estradas, o que dificulta o transporte do produto.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa contou com o auxílio financeiro do CNPq (Edital Universal)-processo n. 470976/2011-0. Os autores agradecem a todos os produtores que concederem as entrevistas para a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M., **Agroecologia**, Porto Alegre : UFRGS Editora, 2004, 117p.
- BURTON, M., RIGBY, D., YOUNG, T. Analysis of the determinants of adoption of organic horticultural techniques in the UK. **Journal of Agricultural Economics** 50, 47–63, 1999.
- BRAVO, C.P., SPILLER, A., VILLALOBOS, P., Are Organic Growers Satisfied with the Certification System? A Causal Analysis of Farmers' Perceptions in Chile, **International Food and Agribusiness Management Review** Vol. 15, ed. 4, 2012.
- BRASIL, Decreto lei N.6.323, de 27 de dezembro de 2007, disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>, consultado em 2008.
- GIL, A.C., **Métodos e Técnicas de pesquisa social**, 5ed, São Paulo: Atlas, 1999.
- GAMBELLI et al., Non-compliance in organic farming: A cross-country comparison of Italy and Germany, **Food Policy**, n.49, 449-458, 2014.
- BRASIL, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/09/pnad-2012-cai-o-percentual-de-pessoas-sem-instrucao>, consultado em 2013.
- INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO- IPD ORGÂNICO. **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social**. Curitiba, 2010. Disponível em:<http://ipd.org.br/upload/tiny_mce/arquivos/Perfil_do_mercado_organico_brasileiro_como_processo_de_inclusao_social.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2012.
- KUMINOFF, N.V., WOSSINK, A., Why isn't more US farmland organic? **Journal of Agricultural**, 2010.
- LAPPLE, D., & RENSBURG, T. VAN. Adoption of organic farming: Are there differences between early and late adoption? **Ecological Economics**, 70(7), 1406–1414, 2011. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2011.03.002>>.
- MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO: **Mecanismos de controle de qualidade orgânica**. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/mecanismosdecontrole.aspx>>. Data de acesso: 14 jul. 2011.

NAOUFEL, M., Farmers adoption of integrated crop protection and organic farming: do moral and social concerns matter? **Ecological Economics** 70, 1536–1545, 2011.

PADEL, S., LAMPKIN, N.H., Conversion to organic farming: an overview. In:

Lampkin, N.H., Padel, S. (Eds.), **The Economics of Organic Farming An International Perspective**. CAB International, Oxon, UK, pp. 295–313, 1994.

PNUD Brasil, Ranking IDHM do Brasil, disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2000.html>, consultado em 2015.

SIERRA, L., KLONSKY, K., STROCHLIC, R., BRODT, S., & MOLINAR, R. **Factors associated with deregistration among organic farmers in California**. Davis, CA: California Institute for Rural Studies. 2008. Disponível em: <Http://169.237.124.167/Organic/Reports/2008_Deregistration_Factors.Pdf>

SOUZA, M. C. M. de., **Certificação de produtos orgânicos**, 2011. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=260>>.

VRIESMAN, A.K., OKUYAMA, K.K., ROCHA, C.H., WEIRICH NETO, P.H., Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar, **Revista Conexão UEPG**, p.138-149, v.8, n.1, 2012.

YIN, R.K., **Estudo de caso – Planejamento e Métodos**, 3ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.